

AVALIAÇÃO UNDIME DE ALFABETIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: percepções e visões preliminares

Ana Patrícia Rodrigues de Barros*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo primordial apresentar os impactos nas práticas pedagógicas e as percepções preliminares acerca da Avaliação Undime de Alfabetização, que foi realizada em 2019, pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, seccional Piauí. Trata-se, especificamente, da análise dos resultados obtidos nos Territórios de Desenvolvimento *Entre Rios e Vale do Rio Guaribas*. Através de uma pesquisa bibliográfica, será abordada a importância das avaliações externas, bem como cenários e contextos locais e, ainda, a análise dos resultados apresentados e a sua importância para a melhoria da qualidade do processo de alfabetização de crianças do 2º ano do Ensino Fundamental nos referidos Territórios estudados.

Palavras-chave: Avaliação Externa. Alfabetização. Política Educacional. Prática Pedagógica.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem é um processo vital para o bom funcionamento das instituições escolares, visto que o ato de avaliar implica a coleta, a análise e a síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação, acrescido de uma atribuição de valor ou de qualidade, que se processa a partir da comparação da configuração do objeto avaliado com um determinado padrão de qualidade previamente estabelecido para aquele tipo de objeto. O valor ou a qualidade atribuída ao objeto conduz a uma tomada de posição a seu favor ou contra ele.

Luckesi (2002, p.33) entende que a:

(...) avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo. A avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão.

De acordo com a BNCC, um aluno para estar alfabetizado ao final do 2º ano do Ensino Fundamental deve ter domínio dos saberes linguísticos necessário à participação social e ao exercício da cidadania, pois é por meio da Língua que o ser humano pensa, comunica-se, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo e produz conhecimento.

Partindo dessa premissa, os dirigentes municipais de educação do Piauí viram a necessidade de compreender o cenário no qual se encontravam os alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, surgindo, assim, a Avaliação Undime Piauí de Alfabetização. Esse processo foi

* Socióloga. Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí e Especialista em Cultura Afrodescendente e Educação Brasileira.

realizado em duas etapas e contou com a adesão de 65 municípios, envolvendo, nesse universo, 458 escolas e 7.904 alunos.

O presente artigo tratará especificamente dos resultados apresentados em dois Territórios de Desenvolvimento. São eles: *Entre Rios* (13 municípios) e *Vale do Rio Guaribas* (10 municípios), expondo a análise desses resultados e mostrando a sua relevância enquanto recurso de verificação da realidade, bem como suporte ao planejamento pedagógico mais adequado às necessidades dos municípios.

Para melhor compreender o processo acima, o artigo estará estruturado em três seções: na primeira, será descrita a importância da avaliação; em seguida, o cenário desses municípios, a análise do processo de aplicação e a verificação dos resultados da Avaliação Undime Piauí de Alfabetização; e, na terceira seção, com as considerações finais, vamos entender a repercussão dos resultados.

1 A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO

A avaliação não é um tema isento de polêmicas nas escolas, como também não se resume aos exames tradicionais escolares. Na verdade, há muito se discute a necessidade de superá-los, para, como determina o inciso III do art. 32 da Resolução CNE/CEB 7/2010:

“III — fazer prevalecer os aspectos qualitativos da aprendizagem do aluno sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, tal como determina a alínea ‘a’ do inciso V do art. 24 da Lei no 9.394/96”³². Nesse sentido, em vários documentos nos quais a avaliação da aprendizagem escolar é analisada, o Conselho Nacional de Educação (CNE) recomenda o predomínio do caráter formativo sobre o quantitativo e classificatório, indicando ainda a importância de adotar “uma estratégia de progresso individual e contínuo que favoreça o crescimento do estudante, preservando a qualidade necessária para a sua formação escolar”¹.

Nesse sentido, em vários documentos nos quais a avaliação da aprendizagem escolar é analisada, o Conselho Nacional de Educação (CNE) recomenda o predomínio do caráter *formativo* sobre o *quantitativo e classificatório*, indicando ainda a importância de adotar “uma estratégia de progresso individual e contínuo que favoreça o crescimento do estudante, preservando a qualidade necessária para a sua formação escolar”².

Em acordo com essa orientação, aponta-se a necessidade de distinguir o *examinar* e o *avaliar* para que o processo de avaliação no dia a dia da sala de aula não deixe de cumprir todo o seu potencial. Cipriano Carlos Luckesi, apesar de reconhecer a utilidade e a necessidade dos exames nas situações que exigem classificação e certificação de conhecimentos — como no caso dos exames vestibulares, avaliações externas ou outros —, considera, no contexto de uma avaliação formativa, a qual ocorre durante todo o processo educacional, que “a sala de aula é o lugar onde, em termos de avaliação, deveria predominar o *diagnóstico* como recurso de acompanhamento e de reorientação da aprendizagem”³. Tal orientação, aliás, coincide com as diretrizes sobre avaliação, descrita em diversos documentos oficiais, como a do parágrafo 1o do art. 47 da Resolução CNE/CEB 4/2010, no qual se lê:

¹BRASIL. MEC. CNE/CEB. Resolução no 7, de 14 de dezembro de 2010: Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. p. 9.

² BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 52.

³ LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003. p. 47

“§ 1º A validade da avaliação, na sua função diagnóstica, liga-se à aprendizagem, possibilitando o aprendiz a recriar, refazer o que aprendeu, criar, propor e, nesse contexto, aponta para uma avaliação global, que vai além do aspecto quantitativo, porque identifica o desenvolvimento da autonomia do estudante, que é indissociavelmente ético, social, intelectual”⁴

Durante muito tempo, a avaliação foi usada como instrumento para classificar e para rotular os alunos *entre os bons, os que dão trabalho e os que não têm jeito*. A prova bimestral, por exemplo, servia como uma ameaça à turma ou, erroneamente, servia para a hora de acertar de contas entre professor e aluno. Felizmente, esse modelo se tornou obsoleto e ultrapassado. Atualmente, a avaliação é vista como uma das mais importantes ferramentas à disposição dos professores para alcançar o principal objetivo da escola: fazer todos os estudantes avançarem. Ou seja, o importante hoje é encontrar caminhos para medir a qualidade do aprendizado do educando e, assim, oferecer alternativas para uma evolução mais segura.

Antes, faz-se necessário ter um olhar criterioso para a trajetória da alfabetização no Brasil enquanto políticas públicas para a educação nos diferentes contextos históricos, bem como as suas implicações no desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem. Houve períodos em que a escola estava voltada para a catequização, entre outros, em favor das diferentes elites dominantes e, da mesma forma, em muitos momentos, alfabetizar não era um interesse do Estado. Somente nas décadas anteriores à Proclamação da República brasileira, o ensino e a aprendizagem iniciais da leitura e da escrita começaram a se tornar objeto de preocupação de administradores públicos e de intelectuais da Corte. Entre avanços e retrocessos, somente com a chegada do século XX é que se observaram mudanças mais significativas no cenário da educação brasileira.

Sob essa ótica, percebe-se que as políticas públicas de educação no Brasil foram criadas e desenvolvidas sempre com muitas lutas e, na sua maioria, até por volta de 1980, com poucas contribuições significativas, principalmente no que se refere à educação pública de acesso e de qualidade para todos. Ao longo do tempo, sempre houve uma dualidade, ou seja, a escola organizada e pensada para os filhos da elite e, outra escola, para os filhos da classe trabalhadora. Portanto, a atual situação econômica, social e educacional que se vive hoje é o reflexo da trajetória histórica.

No entanto, apesar da herança histórica de abandono da educação pública brasileira, devido a demanda social, percebe-se que a educação de qualidade passou a fazer parte da pauta governamental, principalmente nas últimas décadas, ganhando espaço nas discussões nos vários âmbitos sociais. Esse avanço também foi notado nas escolas piauienses, através da adesão aos diferentes programas governamentais de alfabetização, sempre buscando melhorar as práticas pedagógicas.

Assim, pode-se destacar: o *Programa Palavra de Criança* (2012 a 2015), idealizado pelo UNICEF; o PNAIC – *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa* (2012-2017), cujo objetivo era alfabetização em Língua Portuguesa e em Matemática, até o 3º ano do Ensino Fundamental, de todas as crianças das escolas municipais e estaduais, urbanas e rurais, brasileiras; o *Programa Mais Alfabetização* – PMALFA, instituído em 2018; e, recentemente, com o encerramento do PMALFA, em 2019, os municípios aderiram ao *Tempo de Aprender*, um programa que tem como propósito enfrentar as causas das deficiências da alfabetização no país.

Também, seguindo as tendências atuais, as avaliações educacionais passaram a ser cada vez mais frequentes no cotidiano escolar com a finalidade de verificar a eficiência dos

⁴ BRASIL. MEC. CNE/CEB. Resolução no 4, de 13 de julho de 2010: Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. p. 15.

diferentes programas, os sistemas, o corpo docente e o desempenho educacional dos alunos. Em nível nacional, diferentes avaliações da aprendizagem - como SAEB⁵, Prova Brasil⁶ e Provinha Brasil⁷ - coordenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira–Inep, foram instituídas com o objetivo de subsidiar a formulação e a efetivação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e de equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, aos pesquisadores, aos educadores e ao público em geral.

Então, discorrer sobre as avaliações externas implica refletir sobre as finalidades da educação na contemporaneidade. É, pois, consenso no meio educacional que a escola tem assumido diversas funções para além de seu tradicional papel de transmissora, de reprodutora e de construtora de saberes e de conhecimentos, a sua função acadêmica. Sob esse olhar, é possível afirmar que essa nova configuração contribui para a definição dos objetivos da educação, os quais são referendados na LDBN nº 9394/96, ao tratar das finalidades do ensino fundamental e da educação básica.

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo [...]; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social [...]; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico [...] (BRASIL, 1996, p. 12).

É notório, portanto, que a legislação educacional brasileira assume a concepção de que a escola é responsável por múltiplas funções e a estas estão associados também diferentes objetivos. Nesse artigo, o foco da discussão é o exemplo específico da Avaliação Undime Piauí de Alfabetização como mecanismo de verificação de desenvolvimento das aprendizagens. Em outras palavras, o processo avaliativo deverá contribuir para a

⁵ O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, implantado em 1990, é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP e conta com a participação e o apoio das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação das 27 Unidades da Federação. A análise dos resultados dos levantamentos do SAEB permite acompanhar a evolução do desempenho dos alunos e dos diversos fatores incidentes na qualidade e na efetividade do ensino ministrado nas escolas, possibilitando a definição de ações voltadas para a correção das distorções identificadas e o aperfeiçoamento das práticas e dos resultados apresentados pelas escolas e pelo sistema de ensino brasileiro.

⁶ A Prova Brasil é aplicada censitariamente aos alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. A Prova Brasil oferece resultados por escola, município, Unidade da Federação e país que são utilizados no cálculo do Ideb.

⁷ A Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas brasileiras. Essa avaliação acontece em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo. A aplicação em períodos distintos possibilita aos professores e gestores educacionais a realização de um diagnóstico mais preciso que permite conhecer o que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura dentro do período avaliado.

materialização de um dos objetivos centrais da escola: assegurar que as crianças estejam efetivamente aprendendo.

Preparar o sujeito para a vida em sociedade não é apenas comunicar-lhe as normas de convivência social, transmitir-lhe os conhecimentos socialmente construídos e ajudá-lo a acomodar-se a um grupo e viver dentro de um *status quo* estabelecido. O papel da escola, nesse ponto de vista, nos parece ir além disso, isto é, buscar preparar atores transformadores de sociedade (MORETTO, 2007, p. 67).

É assim que, nessa perspectiva, as avaliações em larga escala interferem de modo direto no movimento produzido no interior da escola, lócus privilegiado para construção de potencialidades, por intermédio da produção de relações sociais e de ações transformadoras, mediante conscientização dos direitos sociais e de práticas educativas de caráter mediador, trazendo, em seu interior, os elementos de produção e/ou de superação das contradições.

2 CENÁRIOS DO PIAUÍ

Com a missão de articular, mobilizar e integrar os Dirigentes Municipais de Educação para construir e defender a educação pública com qualidade social foi criado a *União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação* (UNDIME), uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1986 e com sede em Brasília/ DF. Seus princípios são: democracia que garanta a unidade de ação institucional; afirmação da diversidade e do pluralismo; gestão democrática com base na construção de consensos; ações pautadas pela ética com transparência, legalidade e impessoalidade; autonomia frente aos governos, aos partidos políticos, aos credos e a outras instituições; visão sistêmica na organização da educação, fortalecendo o regime de colaboração entre os entes federados.

Integralizando a *Undime*, está o Estado do Piauí que é uma das Unidades da Federação, localizado na Região Nordeste, com 224 municípios e território de 251 577,738km², ocupando a terceira maior dimensão espacial do Nordeste (1.554,3 mil km²), correspondendo a 16,2% da área total dessa Região. Em relação ao Brasil, classifica-se em décimo segundo lugar em extensão, respondendo por 3,0% da área do País (8.515,8 mil km²). Já no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado, que envolve indicadores de saúde, de educação e de renda, foi de 0,362 em 1991, tendo saltado para 0,646 em 2010, pouco abaixo do regional, no mesmo ano, (0,660) e do nacional (0,726) (melhor quanto mais próximo de 1).

O Estado encontra-se regionalizado de acordo com a Lei Complementar nº 87, de 22.08.2007 e atualizada pela Lei nº 6.967/2017, que dividiu os seus municípios em 12 Territórios de Desenvolvimento (TDs) (*Veja o mapa em anexo 1*). Esses Territórios são unidades de planejamento da ação governamental, considerando as peculiaridades locais e regionais, visando à promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da sua população, que foi definida tendo por fundamentos básicos características ambientais, vocações produtivas e dinamismo das regiões e, ainda, as relações socioeconômicas e culturais que se estabelecem entre as cidades.

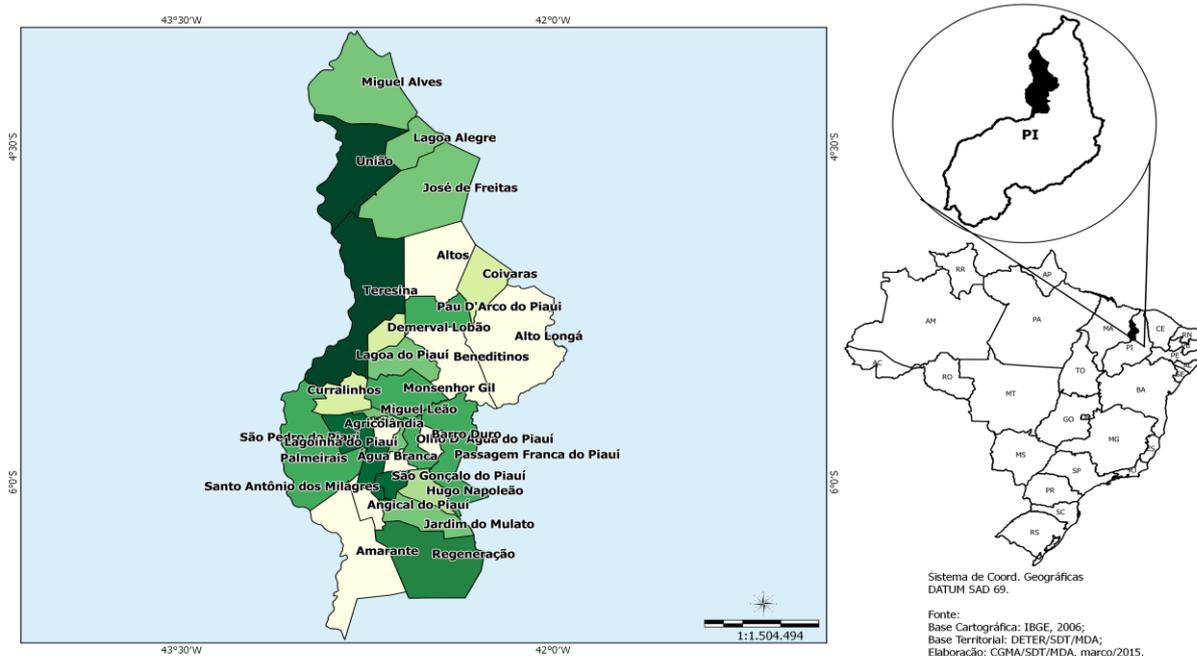
Dessa forma, ao se observar os indicadores sociais do Piauí, constata-se que se trata de um Estado carente, que requer mais investimentos públicos, principalmente na área da educação, tendo em vista as distintas realidades educacionais em seus diferentes territórios. Partindo dessa premissa, no início de 2019, os Dirigentes Municipais de Educação do Piauí viram a necessidade de compreender o cenário no qual se encontrava os alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, surgindo assim a Avaliação Undime Piauí de Alfabetização.

A referida avaliação apresenta como objetivo principal auxiliar os municípios na intervenção do processo de gestão e de tomada de decisões no planejamento de ações educativas que possa ir ao encontro da tão almejada qualidade educacional. E, assim, a partir dos dados obtidos, a função precípua é “indicar caminhos possíveis” para que os professores superem as dificuldades de aprendizagem diagnosticadas no início do 2º ano e, uma vez de posse desses dados, buscarem alternativas de intervenção didática para a correção de rotas, com a finalidade de que esses alunos possam concluir o seu ciclo de alfabetização com êxito.

Para compreender a evolução do processo, escolheram-se dois Territórios de Desenvolvimento (TDs), um do norte e outro no sul do Estado do Piauí para analisar os resultados obtidos. Os Territórios selecionados foram: o *Entre Rios*, localizado no norte do Piauí, e o *Vale do Guaribas*, localizado no sul.

A Avaliação Undime Piauí de Alfabetização foi realizada em 13 municípios do Território *Entre Rios*, são eles: Água Branca, Angical do Piauí, Coivaras, Curralinhos, Hugo Napoleão, Jardim do Mulato, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Lagoinha do Piauí, Miguel Leão, Olho D'Água do Piauí, Palmeirais, Pau D'Arco do Piauí e São Pedro do Piauí. E foi aplicada em 101 turmas de 2º ano do Ensino Fundamental em 80 escolas, perfazendo um total de 1.583 alunos.

Imagem 1 - Mapa da região – Território Entre Rios



Fonte: Base Cartográfica – IBGE, 2006.

Tabela 1 – Território *Entre Rios* (população urbana e rural, IDH-M, renda *per capita* e quantidade de escolas, turmas, alunos que fizeram a Avaliação)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO			IDH-M	Renda per capita (em R\$)	ESCOLAS	TURMAS	ALUNOS	Sistema Próprio de Ensino/ CME
	Total	Urbana	Rural						
ÁGUA BRANCA	16.451	3.603	1.496	0,639	245,68	6	9	163	SIM
ANGICAL DO PIAUI	6.672	5.214	1.458	0,630	284,71	5	7	108	NÃO

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO			IDH-M	Renda per capita (em R\$)	ESCOLAS	TURMAS	ALUNOS	Sistema Próprio de Ensino/ CME
	Total	Urbana	Rural						
COIVARAS	3.811	1.173	2.638	0,565	198,58	3	4	66	SIM
HUGO NAPOLEAO	3.771	3.098	673	0,599	162,06	2	2	39	NÃO
JARDIM DO MULATO	4.309	1.183	3.126	0,593	254,28	7	7	58	NÃO
JOSE DE FREITAS	37.085	21.601	15.484	0,618	181,17	22	29	468	SIM
LAGOA ALEGRE	8.008	3.042	4.966	0,550	191,96	7	9	145	SIM
LAGOINHA DO PIAUI	2.656	1.582	1.074	0,597	183,92	3	3	34	NÃO
MIGUEL LEAO	1.253	862	391	0,623	220,05	1	2	38	SIM
OLHO D'AGUA DO PIAUI	2.626	1.064	1.562	0,576	376,95	6	6	46	SIM
PALMEIRAIS	13.745	5.342	8.403	0,562	278,54	11	13	215	SIM
PAU D'ARCO DO PIAUI	3.757	556	3.201	0,514	215,75	2	2	35	SIM
SAO PEDRO DO PIAUI	13.639	8.195	5.444	0,595	189,01	5	8	168	SIM

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010).

O Território *Entre Rios* é predominantemente rural, com 54% dos seus indivíduos vivendo no campo e 46% da população vivendo nas cidades. A renda *per capita* desses municípios fica entre R\$ 376,95 e R\$ 162,06, enquanto o rendimento domiciliar *per capita* médio no Brasil foi de R\$ 1.439,00, no ano de 2020, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Isso demonstra que se trata de uma região em que a população está entre a pobreza e a pobreza extrema, onde essa população desenvolve atividades econômicas ligadas ao setor primário ou dependem da ajuda financeira advinda de aposentadorias ou programas de repasse de renda do governo. Sabe-se que todos esses fatores sociais podem interferir negativamente no processo de aprendizagem do aluno.

Quanto à efetivação da gestão democrática das escolas, observa-se que 69% dos municípios apresentam sistema próprio de ensino e conselho municipal atuante, mostrando, assim, um índice acima da média, mas que precisam avançar para chegar à universalização.

Tabela 2 - Ideb dos Anos Iniciais no Território Entre Rios

Município ↕	Ideb Observado							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕
ÁGUA BRANCA	2.6	4.2	4.0	5.2	5.0	5.4	6.1	6.0
ANGICAL DO PIAUÍ	2.8	4.2	3.7	3.9	4.0	5.1	5.3	5.6
COIVARAS		3.2	3.8	4.2	4.0	4.4	4.7	5.7
HUGO NAPOLEÃO	2.1	2.4	3.8	4.0	3.8	4.8	4.5	4.9
JARDIM DO MULATO	3.2	3.2	3.5		3.2	3.7	4.1	4.3
JOSÉ DE FREITAS	2.5	2.8	3.4	3.6	3.6	4.0	4.2	4.8
LAGOA ALEGRE	2.5	3.8	4.0	4.2	3.9	4.1	4.1	5.8
LAGOINHA DO PIAUÍ	3.5	3.7	4.3	4.7		4.5	6.1	6.6
MIGUEL LEÃO		2.8	3.0	3.4	3.1	2.3	3.5	4.8

Município	Ideb Observado							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
OLHO D'ÁGUA DO PIAUÍ		3.0	4.3	3.9	4.6	5.5	5.3	5.5
PALMEIRAIS	2.8	3.2	3.5	3.6	3.0	3.5	3.8	4.2
PAU D'ARCO DO PIAUÍ		3.2	3.3	3.4		3.9	**	**
SÃO PEDRO DO PIAUÍ	2.2	2.5	2.6	2.8	2.8	3.9	3.7	4.6

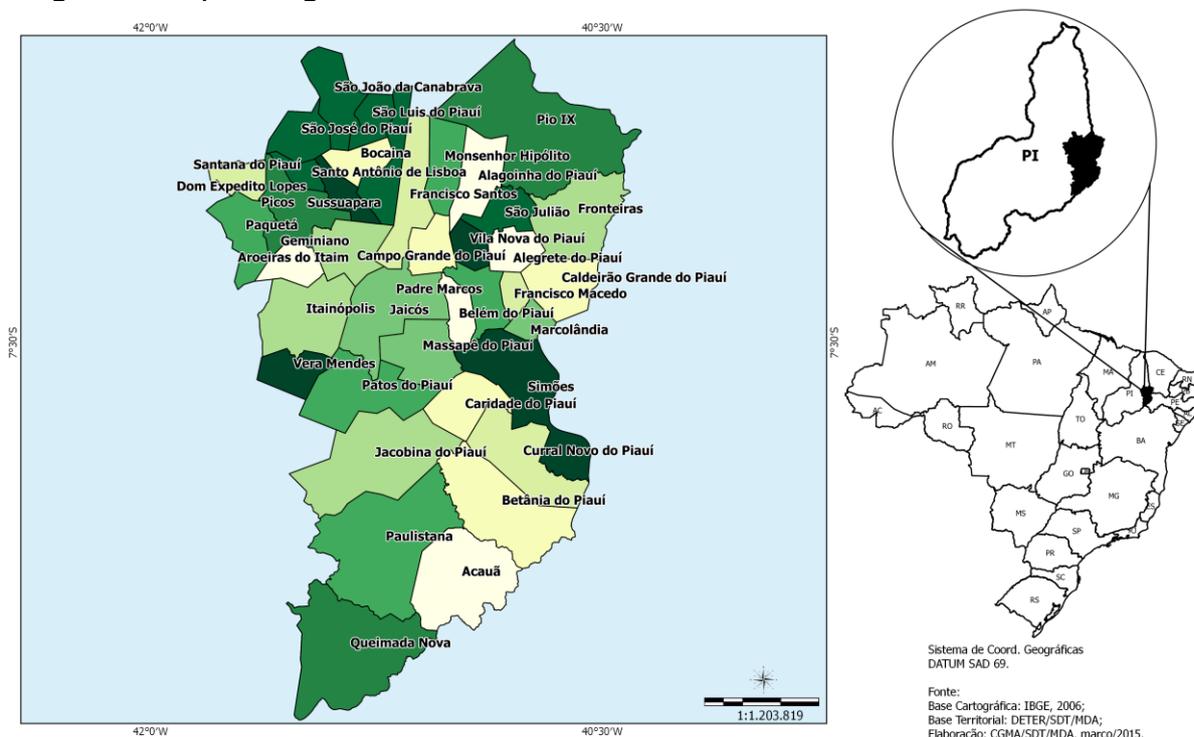
Fonte: INEP

** Sem média no SAEB: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Entre as informações educacionais do Território, foram verificados: o *Ideb* - índice que é calculado com base no aprendizado dos alunos em Língua Portuguesa e em Matemática (Prova Brasil) - e o *fluxo escolar* (taxa de aprovação). Foi observada, ainda, uma evolução constante nos índices do IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Já no Território do *Vale do Guaribas*, 10 municípios realizaram a Avaliação. São eles: Aroeiras do Itaim, Caldeirão Grande do Piauí, Francisco Macedo, Ipiranga do Piauí, Pio IX, Santo Cruz do Piauí, Santo Antônio de Lisboa, Queimada Nova, Sussuapara, Vera Mendes. Essa avaliação foi aplicada em 50 turmas de 2º ano do Ensino Fundamental em 41 escolas, perfazendo um total de 750 alunos.

Imagem 2 - Mapa da região – Território do Vale do Guaribas



Fonte: Base Cartográfica – IBGE, 2006.

Tabela 3 – Território do *Vale do Guaribas* (população urbana e rural, IDH-M, renda *per capita* e quantidade de escolas, turmas, alunos que fizeram a Avaliação)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO			IDH-M	Renda per capita (em R\$)	ESCOLAS	TURMAS	ALUNOS	Sistema Próprio de Ensino/ CME
	Total	Urbana	Rural						
AROEIRAS DO ITAIM	2.440	238	2.202	0,519	265,91	2	2	15	SIM
CALDEIRAO GRANDE DO PIAUI	5.671	1.662	4.009	0,588	246,88	4	5	55	SIM
FRANCISCO MACEDO	2.879	1.159	1.720	0,553	268,41	2	3	36	SIM
IPIRANGA DO PIAUI	6.027	4.067	1.960	0,630	263,73	6	7	99	SIM
PIO IX	17.671	5.291	12.380	0,564	249,17	8	11	250	SIM
QUEIMADA NOVA	8.553	1.156	7.397	0,515	212,64	4	5	93	SIM
SANTA CRUZ DO PIAUI	6.027	4.067	1.960	0,601	248,87	2	3	60	SIM
SANTO ANTONIO DE LISBOA	6.007	3.920	2.087	0,584	229,29	6	6	59	NÃO
SUSSUAPARA	6.229	1.582	4.647	0,586	195,08	4	4	46	SIM
VERA MENDES	2.986	966	2.020	0,503	251,64	3	4	39	SIM

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010).

Na tabela acima, tem-se a lista dos municípios do Território do *Vale do Guaribas* que fizeram a Avaliação UNDIME e nessa lista são destacados alguns indicadores sociais e educacionais, a fim de entender o cenário pesquisado. Vale ressaltar que 60% da população do Território é predominantemente rural, ou seja, a maioria vive no campo.

Observa-se, também, o *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)* nas duas tabelas e o que se verifica é que somente 04 municípios do Território *Entre Rios* (Água Branca, Angical do Piauí, José de Freitas e Miguel Leão) apresentam IDH médio (entre 0,600 e 0,699); os outros 19 municípios estão classificados com IDH baixo (entre 0,500 e 0,599), abaixo inclusive da média do Estado que é de 0.697 (considerado médio). Dessa forma, conclui-se que os números acima falam por si: é uma região muito pobre, onde os indicadores socioeconômicos ligados à qualidade de vida das populações desses territórios precisam avançar muito.

Quanto a efetivação da gestão democrática das escolas, observou-se uma característica positiva, uma vez que 90% dos municípios apresentam um sistema próprio de ensino e um conselho municipal atuante.

Tabela 4 - Ideb dos Anos Iniciais no Território *Vale do Guaribas*

Município	Ideb Observado							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
AROEIRAS DO ITAIM		3.2			3.6		**	5.3
CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ		4.1	3.7	4.1	4.6	5.3	5.9	5.9
FRANCISCO MACEDO		3.2		4.4	3.7	3.9	4.7	5.0
IPIRANGA DO PIAUÍ	2.9	3.8	4.3	4.5	4.4	5.0	5.3	5.8

Município	Ideb Observado							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
PIO IX	2.8	3.4	4.0	3.8	3.5	4.4	4.8	5.8
QUEIMADA NOVA	2.8	2.2	2.7	4.4	3.6	3.7	4.1	3.6
SANTA CRUZ DO PIAUÍ	2.5	3.2	3.0	4.0	3.5	3.9	4.1	6.2
SANTO ANTÔNIO DE LISBOA		2.9	4.1	3.9	4.1	3.8	4.3	4.7
SUSSUAPARA	2.6	3.4	3.9		4.3	4.4	4.5	4.2
VERA MENDES		2.7	2.9	3.2	3.5	3.9	5.1	4.3

Fonte: INEP

** Sem média no SAEB: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

No Território do *Vale do Guaribas*, também foram observadas informações educacionais relacionadas ao *Ideb* - índice que é calculado com base no aprendizado dos alunos em Língua Portuguesa e em Matemática (Prova Brasil) - e ao *fluxo escolar* (taxa de aprovação). Também foi observada uma evolução positiva nos índices do IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental dos municípios, o que deixa evidente que avanços na qualidade da educação vêm acontecendo, embora de modo muito lento.

A Avaliação Undime - Piauí de Alfabetização busca observar o desempenho de estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental por meio de testes padronizados em Língua Portuguesa, cujo objetivo é aferir o que eles sabem e são capazes de fazer, a partir da identificação do desenvolvimento de habilidades e de competências consideradas essenciais para que consiga avançar no processo de alfabetização, além de entender a avaliação como uma ferramenta que propicia a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação contínua dos profissionais e o aprimoramento da gestão democrática.

Para a construção desse instrumento de avaliação, a Undime contou com uma equipe de Coordenadoras Pedagógicas dos municípios de: Água Branca, Baixa Grande do Ribeiro, Buriti dos Montes, Domingos Mourão e Teresina, as quais utilizaram como base a Matriz de Referência do SAEB e o Programa Mais Alfabetização do MEC, sempre alinhados à BNCC. Assim, visando a verificação do alcance das habilidades dos estudantes, a avaliação contemplou: Domínio do princípio alfabético, leitura e escrita de palavras com diferentes padrões silábicos, produção de texto com autonomia.

Quadro 1 - Descritores – Avaliação Undime 2ª Ano

COD. DESCRITOR	DESCRITOR
L1	Identificar a letra inicial das palavras.
L2	Identificar sílaba inicial.
L3	Ler palavras.
L4	Ler frases.
L5	Localizar informações explícitas em textos.
L6	Inferir informações em textos verbais e não verbais.

COD. DESCRITOR	DESCRITOR
E1	Escrever palavras.
E2	Escrever frases.
E3	Produzir texto.
E3a	Atender a proposta de texto solicitado.
E3b	Escrever usando adequadamente as letras maiúsculas e minúsculas.
E3c	Utilizar os principais elementos de organização gráfica no texto: título, margem, parágrafos, espaçamento, alinhamento e etc.
E3 d	Utilizar sinais de pontuação, tais como: ponto final, ponto de interrogação e ponto de exclamação e a vírgula no texto.
E3e	Produzir texto considerando a evolução da narrativa (começo, meio e fim)

Fonte: Avaliação Undime.

A avaliação contempla a disciplina de Língua Portuguesa, sendo aplicada em duas etapas: no início do ano letivo, com um caráter diagnóstico que oferece insumos para planejamento pedagógico de acordo com as situações identificadas; e outra avaliação ao final do ano letivo, com um caráter somativo, que determina o grau de domínio dos objetivos e das habilidades estabelecidos.

Nesse processo, os desempenhos dos alunos são tomados sempre como provisórios ou processuais, o que faz dessa avaliação um *modo de intervenção não pontual* - visto que considera o aluno um ser humano em construção permanente - além de *diagnóstica*, já que permite a tomada de decisões para a melhoria do ensino, e, conseqüentemente, *inclusiva*, pois convida e apoia o aluno a superar suas dificuldades. Isso se torna tão mais importante quando se considera que:

“A intervenção imediata no sentido de sanar dificuldades que alguns estudantes evidenciem é uma garantia para o seu progresso nos estudos. Quanto mais se atrasa essa intervenção, mais complexo se torna o problema de aprendizagem e, conseqüentemente, mais difícil se torna saná-lo”⁸.

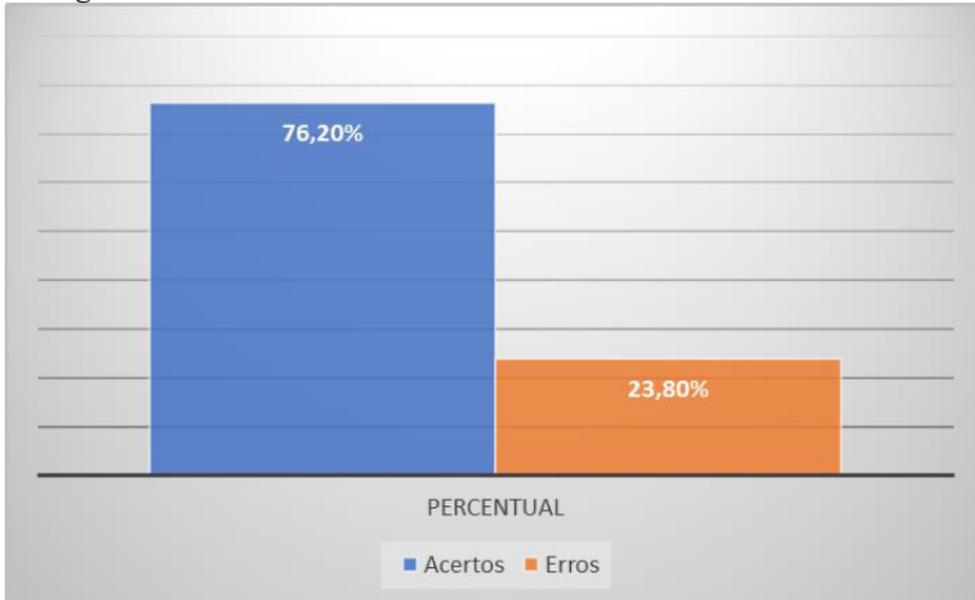
Seguindo esse pensamento, a Avaliação se baseou, em sentido amplo, na formação humana integral, estando orientada para assegurar direitos e objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento a serem alcançados ao término de um programa ou de uma atividade educacional. Nesse sentido, é essencial a intervenção ativa e contínua do professor, possibilitando que o fracasso escolar tenha chances de ser revertido, uma vez que o foco é a permanência do aluno no processo educativo.

Com relação aos resultados, apresentados no Relatório Geral da Avaliação Undime de Alfabetização, tem-se o gráfico 1, que apresenta os percentuais de acertos e de erros gerais dos alunos que fizeram a primeira avaliação. Com esses dados, é possível observar que a 1ª avaliação apresenta um bom percentual de acertos para uma avaliação diagnóstica, considerando as habilidades avaliadas. Mas, quando se compara o percentual de erros da 1ª

⁸ BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 123.

avaliação com a 2ª, constata-se uma redução de 4,8% nos erros. Esses dados representam uma redução muito pequena dos erros, uma vez que se entende que esse processo de alfabetização passou por uma intervenção no sentido de melhorar os índices iniciais.

Gráfico 1 - Percentual Geral de Acertos e Erros Geral – 2ª Ano - 1ª Avaliação – Língua Portuguesa – 2019.



Fonte: Relatório de Análise da Avaliação 2019.

Gráfico 2 - Percentual Geral de Acertos e Erros Geral – 2ª Ano - 2ª Avaliação – Língua Portuguesa – 2019.



Fonte: Relatório de Análise da Avaliação 2019.

Na sequência, tem-se a figura 1 que apresenta o desempenho geral dos alunos, ou seja, o seu grau de proficiência em Língua Portuguesa. O mesmo encontra-se dividido em 4 níveis de desempenho (abaixo do básico, básico, adequado e avançado).

- a) **Nível 1 (baixo):** $\leq 10\%$ e $\leq 30\%$ de acerto no teste (no intervalo entre maior do que 10% e menor ou igual a 30% de acerto no teste)
- b) **Nível 2 (intermediário):** $> 30\%$ e $\leq 60\%$ de acerto no teste (no intervalo entre

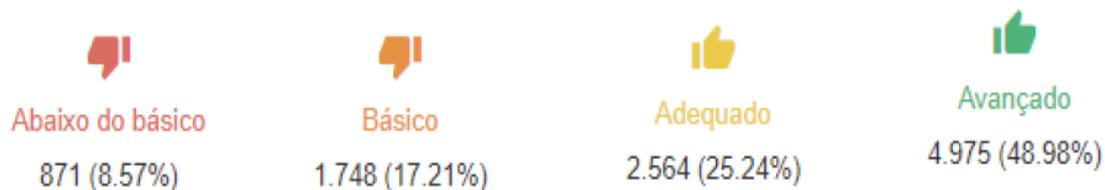
maior do que 30% e menor ou igual a 60% de acerto no teste)

- c) **Nível 3 (adequado):** > 60% e <= 80% de acerto no teste (no intervalo entre maior do que 60% e menor ou igual a 80% de acerto no teste)
- d) **Nível 4 (avançado):** acima de 80% de acerto no teste (maior que 80% de acerto no teste)

O modo de apresentação dos resultados de escrita segue a mesma estrutura utilizada para os resultados de leitura. O que difere é que para a escrita foram definidos três níveis de desempenho.

Na primeira avaliação, observou-se um percentual de 74,22% dos alunos do 2º ano que já apresentam os domínios das habilidades entre o nível *adequado* e o *avançado*. Na segunda avaliação, esse percentual sobe para 81,07%. Então, pode-se ressaltar que a avaliação em questão precisar ir além da verificação dos saberes adquiridos e levar em consideração contexto social e cultural em que os alunos estão inseridos, para conseguir índices ainda mais relevantes.

Figura 1 - Desempenho Geral – 1ª Avaliação



Fonte: Relatório de Análise da Avaliação 2019.

Figura 2 - Desempenho Geral – 2ª Avaliação



Fonte: Relatório de Análise da Avaliação 2019.

Nas tabelas 1 e 2, apresenta-se o percentual de acertos por habilidade das duas avaliações aplicadas, em que se pode verificar uma melhora crescente em todas as habilidades apresentadas. Pode-se perceber que a maior dificuldade apresentada pelos alunos na 1ª avaliação foram nas habilidades E2 – Escrever frases - e E3 – Produzir texto. Na 2ª Avaliação, houve uma melhora significativa nos percentuais, mas na habilidade E3 ainda persiste uma evolução tímida, merecendo, esta, uma atenção especial, pois os alunos com dificuldades em atender os critérios mínimos para a produção textual com coerência e com coesão, representam um fator limitante para a sua aprendizagem.

Tabela 5 - Habilidades – Percentual de acertos da 1ª Avaliação por habilidade.

HABILIDADES	Qtd. Ítems	% de acertos	
L3 - LER PALAVRAS.	2	87.5%	
L2 - LER PALAVRAS.	1	86.7%	
L1 - RELACIONAR ELEMENTOS SONOROS DAS PALAVRAS COM A REPRESENTAÇÃO DA ESCRITA.	2	85.0%	
L4 - LER FRASES.	1	76.8%	
L5 - LOCALIZAR INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS EM TEXTOS.	3	74.2%	
L6 - INFERIR INFORMAÇÕES EM TEXTOS QUE ARTICULAM LINGUAGEM VERBAL E NÃO VERBAL.	1	71.8%	
E1 - ESCREVER PALAVRAS.	2	63.0%	
E2 - ESCREVER FRASES.	1	47.9%	
E3 - PRODUZIR TEXTO.	1	40.5%	

Fonte: Relatório de Análise da Avaliação 2019.

Tabela 6 - Habilidades – Percentual de acertos da 2ª Avaliação por habilidade.

HABILIDADES	Qtd. Ítems	% de acertos	
L1 - RELACIONAR ELEMENTOS SONOROS DAS PALAVRAS COM A REPRESENTAÇÃO DA ESCRITA.	2	93.7%	
L6 - INFERIR INFORMAÇÕES EM TEXTOS QUE ARTICULAM LINGUAGEM VERBAL E NÃO VERBAL.	3	85.7%	
L2 - LER PALAVRAS.	1	85.4%	
L4 - LER FRASES.	2	82.5%	
L8 - IDENTIFICAR O ESPAÇAMENTO ENTRE PALAVRAS NA SEGMENTAÇÃO DA ESCRITA.	1	79.2%	
L5 - LOCALIZAR INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS EM TEXTOS.	4	79.0%	
E1 - ESCREVER PALAVRAS.	1	70.0%	
L7 - CONSTRUIR O CONHECIMENTO DO ALFABETO DA LÍNGUA EM QUESTÃO.	1	66.2%	
E2 - ESCREVER FRASES.	1	61.2%	
E3 - PRODUZIR TEXTO.	1	46.8%	

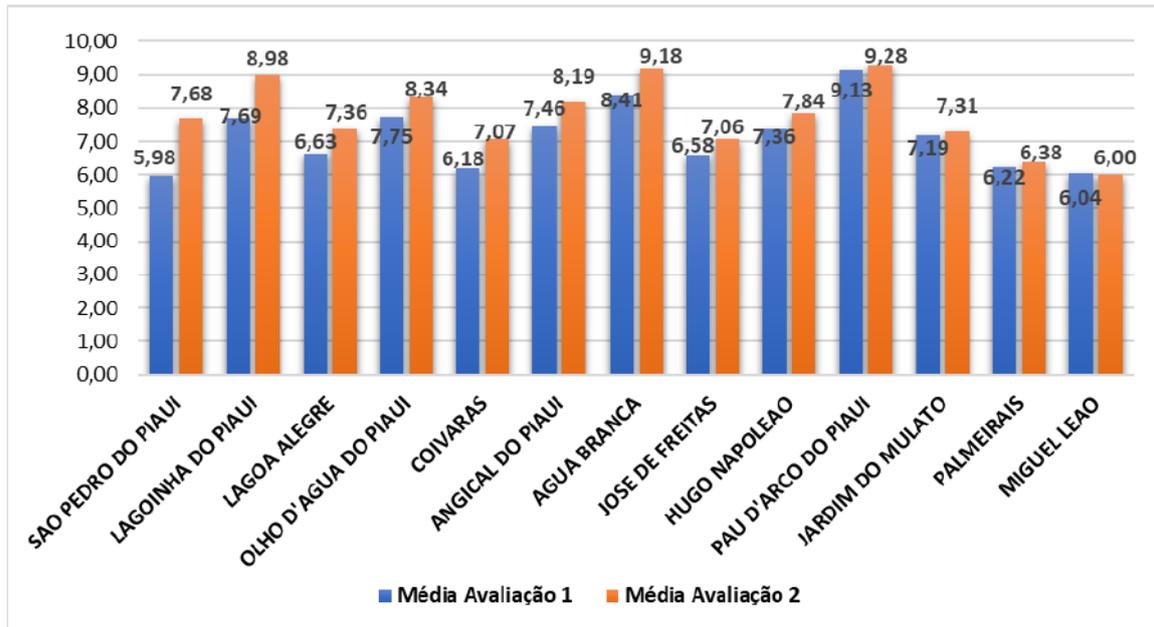
Fonte: Relatório de Análise da Avaliação 2019.

Abaixo, são apresentados os gráficos 3 e 4, os quais trazem um comparativo, por Território, das médias das duas avaliações, em que se pode ter uma visualização dos desempenhos e da evolução dessas médias e como aos resultados serviram para a correção das rotas na aprendizagem dos alunos.

No gráfico 3, mostra-se o resultado das médias dos municípios no Territórios *Entre Rios* de uma forma mais abrangente. Verifica-se que os 13 municípios apresentam médias gerais crescentes, podendo destacar os municípios de São Pedro do Piauí, que na 1ª avaliação teve uma média de 5,98 e, na 2ª avaliação uma média de 7,68 (um aumento de 1,7). Merece

destaque, também, o município de Pau d'Arco do Piauí, o qual, na primeira, a média foi de 9,13 e, na 2ª avaliação, 9,28, conseguindo se manter com uma média alta diante os outros municípios. (Ver apêndice 1).

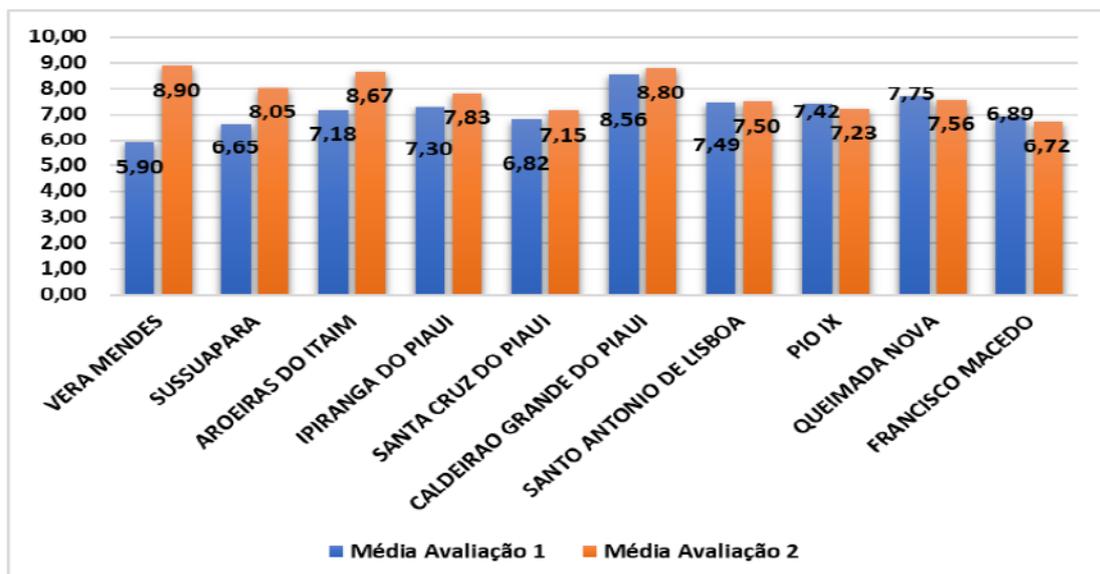
Gráfico 3 - Resultado das médias do municípios no Territórios Entre Rios



Fonte: elaborada pela autora.

No gráfico 4, que traz o resultado das médias dos municípios do Território do Vale do Rio Guaribas, destaca-se a elevação das médias dos municípios: Vera Mendes – 1ª avaliação apresentou uma média de 5,90 e, na 2ª, uma média de 8,90 (aumento de 3,0); e Sussuapara - que saiu de uma média 6,65 na primeira avaliação para a média de 8,05 na segunda avaliação (aumento de 1,4). Já os municípios de Pio IX, Queimada Nova e Francisco Macedo apresentaram uma discreta queda em suas médias. (Ver apêndice 2)

Gráfico 4 - Resultado das médias dos municípios no Território do Vale do Rio Guaribas



Fonte: elaborada pela autora.

Outra análise que deve ser feita, verificando os gráficos dos dois territórios acima, é sobre as realidades regionais que interferem significativamente nestes resultados. Para quem conhece a realidade econômica do Estado do Piauí e, mais especificamente, dos territórios apresentados, vai saber que as condições financeiras dos municípios do Território *Entre Rios* são bem melhores que o do Território do *Vale do Rio Guaribas*. Repensar apenas as propostas de intervenção dos professores, sem pensar nas realidades regionais que influenciam nesses resultados, por vezes insatisfatórios, não mudará o desempenho do aluno frente às habilidades em que apresentam dificuldades.

No relatório entregue aos municípios, o qual traz os resultados gerais da rede Municipal e o detalhamento por escola e por aluno, é enfatizada a importância da utilização dos resultados apresentados como um parâmetro para que toda a equipe pedagógica perceba a dificuldade apresentada pelos alunos e possam refletir e planejar sobre as propostas de intervenções, a fim de minimizar as dificuldades apresentadas.

A necessidade de avaliar sempre se fará presente, não importando a norma ou o padrão pelo qual se baseie o modelo educacional. Não há como fugir da necessidade de avaliação de conhecimentos, muito embora se possa, com efeito, torná-la eficaz naquilo a que se propõe: a melhora de todo o processo educativo.

3 AVALIAR PARA EVOLUIR

A compreensão das implicações da Avaliação Undime de Alfabetização na organização do trabalho escolar leva a refletir sobre a importância e o impacto de políticas públicas educacional, visto que ela segue a tendência atual de fornecer dados à gestão para melhoria dos resultados, uma vez que, fazendo o mapeamento da evolução da alfabetização de crianças do 2º ano, podem-se produzir ações e intervenções necessárias para a efetivação do processo de alfabetização de crianças na idade certa.

Ademais, é possível depreender que a avaliação extrapola os muros da escola e, cada vez mais, deixa de focar somente a avaliação concretizada no espaço micro da sala de aula para ser realizada em larga escala, efetivando um movimento em que os dados obtidos por meio da avaliação são considerados como informações de extrema relevância para mediar e para orientar a organização do trabalho pedagógico da escola e do município.

É perceptível que os resultados dessa avaliação estão voltados para mensurar os “saberes escolares” e que esses influenciam, sobremaneira, no desenvolvimento da escola, possibilitando a criação e a reformulação da iniciativa pública no campo da alfabetização, trazendo, em seu bojo: demarcação de prioridades; determinação de alocação de financiamento; definição de currículos; orientação de propostas de formação, tanto dos alunos como de professores. Mas, vale ressaltar que é imprescindível à Avaliação Undime a inclusão de uma análise dos fatores associados à aprendizagem do aluno, através do acréscimo de questionários socioeconômicos, uma vez que compreendendo o contexto em que a escola está inserida, e quais fatores estão agregando valor à aprendizagem do aluno, obteremos um retrato mais próximo da realidade e por consequência resultados ainda mais relevantes quanto a alfabetização das crianças.

Cumpra-se que, analisando as dimensões social, política e cultural da Avaliação Undime de Alfabetização, tem-se uma visão sob as múltiplas perspectivas da realidade do município e, assim, um resultado ainda mais preciso para o avanço em qualidade, além de, efetivamente, prestar contas à sociedade das ações realizadas no que diz respeito a construção de um projeto educativo de eficácia social.

Deve-se atentar para o fato de que, de acordo com pesquisas recentes, uma parcela significativa dos brasileiros, apesar de saber ler e escrever, não consegue compreender textos extensos ou complexos, ou seja, não tem competência leitora de qualidade. Sabendo que a

capacidade de aprender aquilo que se lê e observa é imprescindível para participar efetivamente da vida em sociedade, é importante que a escola possibilite ao aluno desenvolver estratégias de leitura contínua e atenta que o auxiliem a compreender e explorar mensagens verbais ou não verbais, em diversos níveis de cognição. O fato de um aluno ser considerado alfabetizado não significa que ele consiga utilizar a leitura e a escrita como maneiras de se expressar.

Nesse sentido, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN):

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem, etc. Não se trata de extrair informação, decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência. É o uso desses procedimentos que possibilita controlar o que vai sendo lido, permitindo tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, avançar na busca de esclarecimentos, validar no texto suposições feitas. (PCN, 1998, p. 69)

Nesse sentido, a noção de competência leitora, especificamente, está ligada à prática de estratégias de leitura que possibilitem ao aluno explorar as mensagens (estejam elas em textos, imagens, gráficos, formulários ou tabelas, por exemplo) em diversos níveis de cognição, o que viabiliza a interpretação e a compreensão para uma leitura mais crítica e autônoma, além da construção de novos saberes. Partindo desse pressuposto, faz-se necessária a inclusão da competência leitora do aluno como uma das habilidades que precisa ser observada e avaliada para as próximas edições da Avaliação Undime de Alfabetização.

Como observado, a prática da leitura é importante para ampliar o vocabulário dos alunos e, conseqüentemente, torná-los mais seguros para desenvolver suas habilidades de comunicação oral e escrita. Ao desenvolver a competência leitora, o aluno estabelece mais facilmente relações entre os diversos assuntos que fazem parte do seu repertório cultural. Além disso, permite que o leitor possa validar, para si mesmo, a compreensão do que lê. A validação do próprio conhecimento gera confiança e elevação da autoestima.

Paulo Freire (1989) destaca a importância da leitura e da escrita para se fazer uma avaliação sobre a maneira com que estamos enxergando o mundo. Segundo o autor:

A importância do ato de ler, eu me senti levado - e até gostosamente - a “reler” momentos fundamentais de minha prática, guardados na minha memória, desde as experiências mais remotas de minha infância, de minha adolescência, de minha mocidade, em que a compreensão crítica da importância do ato de ler se veio em mim constituindo. (FREIRE, 1989, p. 11)

Segundo essa exposição de ideias, pode-se compreender que o aluno deve sair da escola possuindo certo conhecimento do mundo externo e, para isso, a leitura e a escrita são de grande importância. Contudo, é importante ressaltar que é com a aquisição de experiência de vida que a leitura é capaz de se aperfeiçoar e, assim, garantir a correta compreensão e interpretação dos textos.

Os alunos da educação básica de hoje se tornarão os adultos de amanhã e serão responsáveis por protagonizarem as mudanças culturais, técnicas e científicas da sociedade e, para tanto, são necessárias pessoas com boa capacidade de adaptação, além de serem proativas e criativas.

Nesse sentido, o desenvolvimento histórico do que significa ser alfabetizado ultrapassa os limites da codificação e da decodificação das mensagens escritas, e passa a considerar a capacidade de o indivíduo compreender o código escrito, interpretar este código, e saber utilizá-lo para satisfazer suas exigências sociais e individuais.

Paulo Freire (1989)⁹ entende que o homem só é homem por conta da palavra. Ou seja, a humanização do indivíduo ocorre através da pronúncia da palavra, tendo em vista que é assim que ele toma consciência de sua condição no meio social e se relaciona com os outros. Ou seja, antes de ensinar uma pessoa a ler palavras, é importante que esta pessoa seja ensinada a ler o mundo.

Enfim, a Avaliação Undime de Alfabetização realmente estará cumprindo o seu papel de ser um instrumento comprometido com a regulação e o acompanhamento do trabalho pedagógico, garantindo, assim, a aprendizagem de todas as crianças. E, com as devidas correções de rotas, a mesma apresenta todo o potencial para seguir avaliando, para, dessa forma, evoluir na qualidade da alfabetização das crianças do Piauí.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, M. M. de O. N. **Sistemas de avaliação da educação básica no Brasil**. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Câmara dos Deputados, Brasília. 2015. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/23019>. Acesso em: 17 jan. 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, Dicei, 2013. p. 123.
- BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 8. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em: Acesso em: 02 jan. 2021.
- BRASIL. MEC. CNE/CEB. **Resolução no 4, de 13 de julho de 2010**: Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. p. 15.
- BRASIL. MEC. CNE/CEB. **Resolução no 7, de 14 de dezembro de 2010**: Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. p. 9.
- BRASIL. MEC/INEP. **Portaria Nº 366 de 29 de abril de 2019 que estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2019**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n%C2%BA-366-de-29-de-abril-de-2019-86232542>. Acesso em 20 jan. 2021.
- BROOKE, N.; ALVES, M. T. G.; OLIVEIRA, L. K. M. de. **A Avaliação da educação básica: a experiência Brasileira**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

⁹ FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 1989

FLETCHER, P. R. A Teoria da Resposta ao Item: medidas invariantes do sistema escolar. In: BROOKE, N.; ALVES, M. T. G.; OLIVEIRA, L. K. M. **A avaliação da educação básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 183-188.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 1989

MICARELLO, H. **Padrões de Desempenho e apropriação de resultados de avaliação em larga escala, 2021**. Disponível

em: https://especializacaoemavaliacao.caeddigital.net/mdl/pluginfile.php/6257/mod_folder/content/0/QUINZENA%205/T01%20Padr%C3%B5es%20de%20desempenho%20e%20apropri%C3%A7%C3%B5es%20de%20resultado%2008.01.20.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 17 jan. 2021.

MORETTO, V. P. **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

PNAD. PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIO 2019. Disponível em: PONTES, L. A. F. **Indicadores educacionais no Brasil e no mundo: as diversas faces da educação**. Disponível em: < <http://central.caedufjf.net/arquivos/indicadores-educacao.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

PONTES, L. A. F. **Mensurando desafios e soluções em educação: os indicadores sociodemográficos, de oferta, acesso e participação**. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2020.

SILVA, W. **Proposta de uma metodologia para a produção e interpretação de medidas educacionais em avaliação em larga escala por meio da utilização da Modelagem Rasch com duas ou mais facetas**. 150 f. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/ Departamento de Educação, 2019.